



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA HISTÓRIA

DATA DA PROVA 15/05/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 15.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. É a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:

A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.

B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.

C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.

D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.

E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

11. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está de acordo com a norma-padrão.

A) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

B) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

C) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

D) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

E) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitos em ambientes de certeza instantânea.

12. Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

A) texto alude a vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

B) texto alude na vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

C) texto alude à vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

D) texto alude à vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

E) texto alude a vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

13. Na passagem "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", a locução verbal "havia invadido" exprime

A) ação futura observada retrospectivamente a partir de um marco narrativo já encerrado.

B) ação habitual em progresso, apresentada como traço permanente do tempo da enunciação.

C) ação eventual projetada como consequência da aceleração das práticas comunicativas modernas.

D) ação concluída no presente, descrita como resultado imediato de um processo social recorrente.

E) ação anterior a outro fato passado, expressa pelo pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

14. No trecho "o pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida", a expressão "vira torcida" constitui, predominantemente:

A) metonímia, porque um termo concreto substitui o conceito abstrato presente no enunciado.

B) metáfora, porque um campo de experiência é transferido para outro com valor crítico.

C) eufemismo, porque o enunciado suaviza a crítica à perda da complexidade do pensamento.

D) hipérbole, porque o trecho amplia excessivamente a consequência social da opinião apressada.

E) silepse, porque a concordância se organiza pelo sentido e não pela forma expressa.

15. Assinale a alternativa que reescreve "Fala-se muito, examina-se pouco", preservando o sentido, respeitando a norma-padrão e deslocando "muito" e "pouco" para antes dos verbos, com colocação pronominal adequada.

A) Fala-se muito e examina-se pouco.

B) Muito fala-se, pouco examina-se.

C) Se fala muito, se examina pouco.

D) Muito se fala, pouco se examina.

E) Fala-se muito, pouco examina-se.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A historiografia do século XX promoveu uma ruptura com a tradição oitocentista, consolidando o que se convencionou chamar de "Nova História". Sobre a transição do modelo positivista para a perspectiva da Escola dos Annales, assinale a alternativa que descreve corretamente essa mudança metodológica:

A) A manutenção do documento escrito oficial como fonte exclusiva de veracidade histórica.

B) A priorização da história política factual e biográfica em detrimento das estruturas sociais.

C) A ampliação do conceito de fonte histórica, passando a incluir vestígios materiais, orais, iconográficos e audiovisuais.

D) O abandono do rigor científico e a adoção de narrativas literárias subjetivas desprovidas de método.

E) A negação da temporalidade como categoria de análise, focando apenas no espaço geográfico estático.

17. Na Antiguidade Clássica, a organização social das cidades-Estado gregas e da República Romana estava intrinsecamente relacionada à instituição da escravidão. Nesse contexto, sobre o sistema escravista romano, assinale a alternativa correta:

PROGRAMA DE ESTÁGIO

HISTÓRIA– GRADUAÇÃO

A) A condição de escravizado era determinada primordialmente pela captura em guerra ou por dívidas, independentemente de critérios étnicos ou raciais biológicos.

B) O escravo em Roma era considerado sujeito de direitos plenos, podendo participar das assembleias centuriatas.

C) A abolição da escravidão por dívidas na Lei das Doze Tábuas encerrou a mão de obra compulsória no território itálico.

D) O sistema escravista era restrito às atividades domésticas, não possuindo relevância na produção agrícola de latifúndio.

E) A economia romana prescindia da força de trabalho escrava devido ao alto desenvolvimento tecnológico das ferramentas de metal.

18. CENÁRIO: um promotor de justiça solicita a um historiador um parecer técnico sobre o histórico de ocupação de um território quilombola na Bahia para fins de proteção patrimonial. O historiador deve aplicar o conceito de "Quilombismo", proposto por Abdias Nascimento. Sob essa ótica, a análise deve considerar que:

A) O quilombo foi um fenômeno de isolamento geográfico sem relevância para a cultura política brasileira atual.

B) O quilombo constitui uma forma histórica de resistência e um modelo de organização social alternativo, fundamentado em valores de solidariedade e autonomia.

C) A existência de comunidades quilombolas remanescentes depende da comprovação biológica de pureza racial dos habitantes.

D) O direito à terra quilombola extinguiu-se juridicamente com a promulgação da Lei Áurea em 1888.

E) A atuação do Ministério Público deve restringir-se à preservação dos artefatos cerâmicos, desconsiderando a ocupação humana atual.

19. A transição para a Idade Moderna foi marcada pelo Humanismo e pelo Renascimento, que promoveram reconfigurações nas mentalidades europeias. Analise a relação entre o pensamento humanista e a crise do paradigma teocêntrico medieval:

A) O Humanismo reafirmou a supremacia da escolástica, proibindo a leitura de textos clássicos pagãos.

B) O Renascimento limitou-se ao campo das artes plásticas, sem impacto nas estruturas jurídicas ou políticas do Estado.

C) A mentalidade renascentista promoveu o isolamento da Europa, interrompendo as trocas culturais com o Oriente.

D) O antropocentrismo renascentista resultou na negação total da religiosidade, estabelecendo o ateísmo como norma estatal.

E) O Humanismo valorizou a racionalidade e a observação empírica, colocando o ser humano como centro das preocupações intelectuais e agente da história.

20. CENÁRIO: O Ministério Público da Bahia recebe uma denúncia sobre a destruição de uma edificação de valor histórico no Recôncavo Baiano que não possui tombamento formal. Para fundamentar a proteção do bem via Ação Civil Pública, o assistente técnico deve evocar os conceitos constitucionais de patrimônio cultural. De acordo com o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens:

A) De natureza material exclusivamente, desde que possuam valor financeiro de mercado superior a mil salários mínimos.

B) Cujas propriedades pertençam estritamente à União ou aos Estados Membros, excluindo-se bens de particulares.

C) Restritos à fase colonial (1500-1822), não sendo admitida a proteção de bens da fase republicana.

D) De natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

E) Que tenham sido declarados monumentos por autoridades religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana.

21. A história da Bahia Colonial é central para a compreensão da formação do Estado Brasileiro. Sobre o processo de Independência do Brasil na Bahia, culminando no 2 de julho de 1823, é correto afirmar que:

A) Tratou-se de uma transição pacífica e burocrática, sem a necessidade de mobilização militar ou conflitos armados.

B) Foi um movimento restrito à elite agrária de Salvador, que contou com o apoio unânime das tropas portuguesas.

C) Caracterizou-se por uma guerra de resistência popular e participação de diversos segmentos sociais, como negros, indígenas e mulheres, resultando na expulsão das tropas lusitanas.

D) Ocorreu após o reconhecimento imediato da soberania brasileira por Portugal, dispensando a atuação de exércitos voluntários.

E) A Bahia permaneceu fiel à Coroa Portuguesa até o final do Primeiro Reinado, não aderindo ao projeto de Pedro I.

22. Jacques Le Goff, ao analisar a natureza do fato histórico, propõe a substituição da dicotomia "documento/monumento" por uma visão crítica sobre o registro do passado. Para o ofício do historiador em acervos de memória institucional, isso implica compreender que:

A) O monumento é uma prova objetiva e o documento é uma ficção política.

B) A memória institucional deve apagar registros de conflitos para preservar a ordem.

C) O historiador deve aceitar a fonte documental como uma verdade acabada e incontestável.

D) O fato histórico existe independentemente de qualquer registro humano ou interpretação.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

HISTÓRIA- GRADUAÇÃO

E) Todo documento é um monumento, ou seja, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente de quem o produziu para as gerações futuras.

23. O sistema feudal na Idade Média europeia estabeleceu uma rede complexa de relações de dependência pessoal. Nesse contexto, sobre o papel da Igreja Católica e a organização do poder político nesse período, assinale a alternativa correta:

A) O Estado medieval era centralizado e laico, com total separação entre o poder real e o clero.

B) A Igreja detinha o monopólio da cultura escrita e exercia o poder político e jurídico através do Direito Canônico e da justificativa ideológica da ordem social.

C) O sistema feudal eliminou a hierarquia social, estabelecendo a igualdade jurídica entre servos e suseranos.

D) O Papa exercia autoridade administrativa direta sobre todos os feudos, eliminando a figura dos senhores feudais.

E) A religiosidade medieval era um fenômeno privado, sem impacto nas decisões econômicas ou militares da nobreza.

24. CENÁRIO: Um pesquisador investiga a atuação do Ministério Público na Bahia durante o século XIX por meio de fontes documentais primárias. Ao realizar a crítica das fontes, incluindo a análise de autenticidade (crítica externa e interna), o historiador deve proceder a esse método com a finalidade de:

A) Verificar a procedência, a integridade física do suporte e a fidedignidade das informações, identificando possíveis anacronismos ou intenções do autor.

B) Confirmar se o documento corrobora as opiniões políticas pessoais do historiador antes de sua publicação.

C) Traduzir documentos antigos para a linguagem contemporânea, alterando termos arcaicos que possam dificultar a leitura do grande público.

D) Descartar todos os documentos que apresentem opiniões divergentes das teses acadêmicas vigentes.

E) Garantir que apenas os documentos que exaltam a imagem institucional sejam preservados no arquivo permanente.

25. O Iluminismo, no século XVIII, constituiu a base ideológica da modernidade política. Nesse contexto, sobre as concepções de Estado e sociedade propostas pelos filósofos iluministas e seus impactos no sistema de justiça, assinale a alternativa correta:

A) O Iluminismo defendeu o Absolutismo de Direito Divino como forma de garantir a ordem social.

B) As teorias iluministas negavam o conceito de contrato social, priorizando a anarquia absoluta.

C) Montesquieu defendeu o direito de propriedade como o único valor a ser protegido pelo Estado, excluindo a liberdade individual.

D) Pensadores como Montesquieu e Beccaria influenciaram a tripartição dos poderes e a humanização do direito penal, combatendo a arbitrariedade do Antigo Regime.

E) O movimento iluminista foi restrito à Inglaterra, não possuindo repercussão nas colônias americanas.

26. No âmbito da historiografia contemporânea sobre o Brasil colonial, o estudo das relações entre as populações nativas e o projeto colonizador português tem superado a dicotomia entre "passividade" e "extermínio". Nesse contexto, no que concerne às dinâmicas de contato e resistência indígena no período colonial, assinale a alternativa correta:

A) Ocorreu o isolamento geográfico absoluto das populações originárias em relação à economia de exportação, mantendo-as em territórios autônomos e alheios ao mercado transatlântico até o século XIX.

B) As populações originárias foram integradas ao sistema administrativo colonial como súditos plenos, usufruindo de garantias automáticas de propriedade privada individual e isenção de tributos.

C) A catequese jesuítica constituiu um processo estritamente teológico que logrou impedir, por meio de bulas papais, qualquer forma de utilização da força de trabalho indígena nas atividades produtivas da colônia.

D) A resistência indígena restringiu-se ao confronto militar direto e esporádico (guerras abertas), inexistindo registros de utilização do aparato jurídico-administrativo português por parte de lideranças nativas.

E) Os povos indígenas atuaram como sujeitos históricos, utilizando estratégias diversificadas que incluíam alianças políticas seletivas, fugas estratégicas para o interior e o uso instrumental de instituições coloniais para assegurar a sobrevivência do grupo.

27. CENÁRIO: Ao comparar os sistemas coloniais nas Américas, um historiador observa que, enquanto a América Espanhola estruturou parte de sua exploração econômica em sistemas como a mita e a *encomienda*, a América Portuguesa organizou sua ocupação por meio de feitorias e, posteriormente, das Capitânicas Hereditárias e do Governo-Geral. Nesse contexto, analise a estrutura administrativa da América Portuguesa e assinale a alternativa correta:

A) As Capitânicas Hereditárias foram um sucesso administrativo absoluto, dispensando a criação de um Governo Geral Centralizado.

B) O Ciclo do Açúcar na Bahia prescindiu da mão de obra escravizada devido à proximidade geográfica com as minas de ouro.

C) O Governo Geral foi instituído em 1548 em Salvador para centralizar a administração, organizar a defesa e garantir a arrecadação tributária da Coroa.

D) A economia colonial baseava-se no livre comércio, sendo proibido o monopólio metropolitano pela legislação portuguesa.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

HISTÓRIA- GRADUAÇÃO

E) As câmaras municipais (Câmaras dos Homens Bons) eram compostas exclusivamente por indígenas libertos e degredados europeus.

28. A chamada Revolução Neolítica marcou profundas transformações nas formas de organização humana, como a sedentarização e o desenvolvimento da agricultura. Nesse contexto, sobre esse processo e o surgimento das primeiras cidades, assinale a alternativa correta:

A) A sedentarização ocorreu exclusivamente devido ao uso do fogo para aquecimento em cavernas.

B) A domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura geraram excedentes alimentares, permitindo a divisão do trabalho e a complexificação social.

C) O surgimento das cidades foi um fenômeno isolado no continente americano, sem paralelos na Mesopotâmia ou Egito.

D) A invenção da escrita no Neolítico visava apenas a criação de obras de ficção poética para o lazer.

E) O sistema econômico das primeiras cidades baseava-se no capitalismo industrial e na moeda digital descentralizada.

29. CENÁRIO: No contexto da organização de acervos de memória no Ministério Público da Bahia, o tratamento do patrimônio arquivístico exige o domínio de conceitos técnicos de temporalidade. A identificação dos valores primário e secundário dos documentos é essencial para a definição de sua destinação final. Nesse sentido, compreende-se que:

A) O valor primário de um documento é eterno, impedindo que ele seja um dia descartado ou recolhido ao arquivo permanente.

B) Documentos arquivísticos são coleções artificiais reunidas por interesse temático ou estético do historiador.

C) O patrimônio arquivístico do MP-BA é de livre descarte por parte de qualquer servidor, independentemente de tabelas de temporalidade.

D) O arquivo permanente é constituído por documentos que perderam seu valor administrativo imediato, mas preservam valor histórico, probatório e informativo para a sociedade.

E) O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) proíbe a preservação digital de documentos que contenham dados sobre direitos humanos.

30. A estrutura econômica da América Portuguesa caracterizou-se por diferentes ciclos produtivos que contribuíram para a organização do território. Nesse contexto, sobre a transição e a coexistência entre os ciclos do açúcar e do ouro, assinale a alternativa correta:

A) O Ciclo do Ouro promoveu a interiorização da colonização e o surgimento de uma nova camada social urbana e de serviços, sem eliminar a importância da economia açucareira no litoral.

B) A descoberta de ouro em Minas Gerais levou ao abandono total das lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste, gerando o colapso econômico de Salvador em 1700.

C) A extração de minérios foi realizada exclusivamente por trabalhadores europeus imigrantes, sendo proibido o uso de escravizados africanos nas minas.

D) O sistema de "monções" foi uma técnica administrativa criada pela Coroa para impedir o comércio entre as capitanias do Norte e do Sul.

E) O Ciclo do Açúcar baseava-se na pequena propriedade familiar policultora voltada para o mercado interno europeu de luxo.